

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (**COMAN**) em 27 de junho de 2023.

Realizada em plataforma virtual de videoconferência (*Google Meets*).

Pauta:

1. Termo de Referência Banco de Projetos;
2. Termo de Referência Código Ambiental;
3. Leitura e Aprovação da Última Ata;

Ata:

Estiveram presentes nessa reunião online os conselheiros: Victor de Moraes Lopes - SMARHS; Kenny Tanizaki Fonseca - UFF; Henriette Guarnieri Tubbs (FMS); Fatima Valeroso (Secretaria de Urbanismo); Ricardo Lucio Picanço Portugal – CLIN; Manoel Alves (CDL);

Participantes:

Allan Cruz - Subsecretário, SMARHS; A. Borges e Advogados - Alcirley Borges - Conselheiro pela OAB; Luiz Rodrigues - Soluções Eco-Lógicas/Coalizão Ambiental de Niterói; Glauca de Lemos - UFF/CTEM CBH-BG/CLIP; Gustavo Simas Pereira – IFRJ; Douglas Banelli Nef; Gonzalo Cuevas – CCRON; Gustavo Sardenberg - CLIP / CBH Baía da Guanabara; Ricardo Garcia - Assessor Vereador Daniel Marques - Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Câmara de Niterói; Jorge Rodrigues Silva; Ana Almeida; Eduardo Maia; Prof. Janie Garcia da Silva membro convidado do Laboratório Horto-Viveiro/UFF; Jorge Rodrigues Silva;

O Secretário de Meio Ambiente e presidente do COMAN, Sr. Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo esteve representado nesta reunião pelo Sr. Victor de Moraes Lopes, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN). A

ausência do Secretário de Meio Ambiente foi justificada pela sobreposição de reuniões no calendário de ações da Secretaria Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS).

A reunião ocorreu pela plataforma online do *google meets* tendo início com a fala do conselheiro Victor Lopes da SMARHS cumprimentando os presentes e solicitando o aguardo para que se atingisse o número de quórum suficiente para o prosseguimento da reunião. Enquanto esperavam foi solicitado que os participantes colocassem no *chat* seus respectivos nomes, cargos e que instituição estavam representando.

Dando início a fala, Allan Cruz, Subsecretário da Sustentabilidade da SMARHS apresentou e relatou acerca do Termo de Referência Banco de Projetos, o chamamento público para os projetos ligados ao meio ambiente. Allan afirma que o projeto foi encaminhado para a PGM, que o órgão inclusive já retornou o documento com indicações de alterações e complementações, mas que o parecer foi favorável e positivo. Cruz então aborda os eixos temáticos do projeto, sendo os cinco: **1. Educação Ambiental, 2. Recuperação de Áreas Degradadas e Recuperação Ecológica, 3. Agroecologia e Agricultura Urbana, 4. Arborização Urbana; 5. Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.** Esses cinco eixos serão colocados no edital e guiarão as definições de contemplação. Sobre o valor: serão disponibilizados R\$500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) no total, ou seja, serão cinco projetos de até R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais) três projetos de R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais) até R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), um projeto de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) até R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) e um projeto de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) até R\$150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). Cruz comenta que a expectativa do edital é ser publicado ainda esse ano (2023), mas que devido a ajustes orçamentários talvez seja apenas ano que vem (2024). Os avaliadores ainda não foram determinados, que será o próximo passo, de acordo com Allan. Também foi comentado que após a indagação sobre a Universidade Federal Fluminense – UFF e outras instituições de ensino poderem ou não serem contempladas no edital, foi criado uma pontuação maior aos projetos ligados as essas instituições no processo de avaliação.

Abrindo para as perguntas, Victor Lopez mediu a ordem das perguntas e passou inicialmente a palavra para os Conselheiros, sendo Ricardo Portugal o primeiro a falar. Portugal questionou sobre a banca avaliadora, se será somente um grupo de avaliadores gerais para todos os eixos ou se será um grupo para cada tema. Cruz respondeu que será somente um grupo multidisciplinar de avaliadores que examinarão todas as propostas independente do eixo. Em seguida a palavra foi cedida ao Professor Kenny Fonseca, que elogiou o subsecretário Allan acerca da pontuação dada aos projetos relacionados a instituições de ensino, então prosseguiu

com o comentário de que sobre as áreas degradadas e arborização urbana, o Professor tem debatido com o Luciano Paes, que lida com questões de mitigação e adaptação as mudanças climáticas, então mais do que essa pontuação, seria interessante estreitar essas relações com as propostas selecionadas para que seja contabilizado nos esforços da Secretaria do Meio Ambiente e Clima. Kenny se coloca à disposição de incrementar os projetos e debater sobre as questões climáticas no geral.

Em seguida Lopez passou a palavra para os participantes. Gustavo Simas perguntou sobre se o edital abarcaria apenas universidades ou se também outros tipos de instituição de ensino também poderiam ser contemplados, Allan logo confirmou que todas as instituições acadêmicas de ensino superior podem ser participar. Cruz retorna a questão de Kenny sobre a questão do clima, e diz que uma das perguntas a serem feitas na avaliação é se o projeto se enquadra como sendo mitigação e/ou adaptação as mudanças climáticas. Simas pergunta se os itens estarão alinhados com as ODS e Allan responde que sim, que há itens que contabilizam pontos nos projetos que estiverem aliados a ODS. Lopez então passa a palavra para o próximo participante, Luiz Rodrigues, pede que Allan faça um breve resumo do início da apresentação já que o mesmo não se encontrava na reunião ainda. Cruz faz o resumo e a próxima participante, Professora Janie pergunta se a universidade entrará como órgão colaborador, Allan reafirma que as instituições de ensino superior terão pontuação maior se tiverem envolvimento com projetos, sendo colaboradores e não responsáveis. Sem mais perguntas relativas a primeira pauta, Lopez agradece a Cruz pela presença e pela elucidação do Termo de Referência Banco de Projetos.

Passando para a pauta do Termo de Referência Código Ambiental, Lopez relembra da reunião passada o início da discussão e comenta sobre as sugestões dos conselheiros e participantes. Começando com os apontamentos feitos pelo Ricardo Portugal, que indicou que se evitasse estrangeirismos no texto do TR. Victor disse que o documento foi revisado e modificado fazendo as alterações possíveis. Portugal também pediu que fosse incluído um relatório técnico apontando legislações ambientais que poderiam ser passíveis de aplicação no Município de Niterói. Essa sugestão foi incluída na parte de objetivos do documento. Portugal pediu também que a lista de documentos referenciais fosse colocada também, foi posta uma referência a isso, indo de encontro com o apontamento da Professora Glaucia, citando algumas NBR, sendo impraticável colocar todas as normas relacionadas ao meio ambiente devido ao seu volume, então foi feito um parágrafo mais genérico. Foi pedido que houvesse reuniões extraordinárias para tratar desse assunto para que as pautas das reuniões ordinárias não fossem prejudicadas no processo, isso foi acatado. Victor pergunta sobre a última sugestão de Portugal,

referente a subdividir os dias dos produtos e pede que Portugal elabore essa questão. Ricardo fala que o anexo 2 é confuso conseguir compreender o cronograma de desenvolvimento de cada produto e pede que sejam feitas subdivisões para facilitar a compreensão. Lopez explica que foi utilizado um esquema de programação padrão que a CGM (Controladoria Geral do Município de Niterói) pede e que essa fórmula foi escolhida para que a empresa escolhida adaptasse o cronograma a produção dela, respeitando a máxima de 65 (sessenta e cinco) dias. Victor disse que a revisão do documento será feita de qualquer forma para analisar essa questão. A palavra é passada para Gonzalo Cuevas, que faz a observação sobre a necessidade de referência do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi feito por decreto, e questiona qual o impacto isso terá. A segunda observação é referente a lista dos convênios que a prefeitura possui que permite que a ela tomar decisões sobre córregos, rios, Cuevas aponta sobre a extrema importância dessa listagem. Terceiro ponto é ver a possibilidade do COMAN acompanhar o processo a cada três, quatro meses, para avaliar a evolução dos trabalhos, e posteriormente um tempo para o próprio COMAN fazer a aprovação com atenção e cuidado. Lopez responde que o Plano Municipal de Saneamento Básico será incluído nos documentos referenciais, e ainda afirma que os conselheiros do COMAN serão convidados para os GTs para o acompanhamento das atividades. Sem mais perguntas dos conselheiros, Victor passa a palavra aos participantes, sendo o primeiro o Gustavo Simas Pereira, que solicita que seja apontado nos documentos referenciais a possibilidade serem documentos de estudo, artigos, relatórios, trabalhos acadêmicos e técnicos, bem como experiências exitosas de outras Secretarias, órgãos ambientais estaduais. Victor afirma que essa sugestão foi aceita e que está incluso tantos órgãos estaduais quanto municipais. Pereira pede ainda que sejam incluídos no grupo de trabalho permanente instituições de ensino superior e associações com vieses ambientais. Lopez diz que essa sugestão foi aceita apenas parcialmente visto que foi colocado no GT os membros do COMAN, que possui uma composição bem ampla e diversa, com instituições de caráter múltiplo, como associações ambientais, temos a UFF, por exemplo. Esse Código trará normas que irão gerir licenciamentos, fiscalizações, em diversos setores e como aplicamos essas normas. E com as atividades abertas que serão feitas durante esse período, alcançaremos um público ainda maior. Passando para outro ponto sugerido por Pereira, que aborda a questão do tempo das reuniões e a possibilidade de novas reuniões. Victor frisa a necessidade de criar um TR conciso, objetivo, então esse seguimento deve ser adaptável, para a formação de um documento claro. Indo para o assunto de parâmetros, Lopez explica que o fio condutor desse novo Código, esse viés, está em aberto dentro do TR, para que durante as oficinas e atividades isso seja construído conjuntamente com as discussões públicas, pensando nos órgãos internos da Prefeitura e em seguida as pessoas que serão afetadas. Lopez sede a

palavra para que Pereira exponha algumas questões. Gustavo fala sobre a preocupação dele em relação com as reuniões e a presença dos civis nas atividades. Já sobre os parâmetros e as intencionalidades, Pereira aborda sobre a necessidade de um direcionamento da Secretaria sobre a pretensão desse Código, da criação de um objetivo geral que conecte as instituições governamentais, instituições de ensino e os cidadãos. Victor agradece as considerações feitas por Gustavo afirmando que as mesmas foram muito pertinentes para o desenvolvimento do documento, e que a participação popular é mais do que apreciada, é de extrema importância. Gonzalo pede a palavra e pergunta a Lopez se há comprometimento e interesse da Prefeitura que o produto feito passe pela Câmara. Victor afirma que com certeza, visto que há uma necessidade técnica, pois há um código atualmente que é uma lei, então para alterar esse código é preciso fazer por lei, já que tentar fazer por decreto iria contra a hierarquia das normas.

Sem mais, a reunião foi encerrada ficando a próxima marcada para 25 de julho de 2023 às 15h.

Esta ata, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, segue subscrita por mim em caráter de resolução.

Rafael Robertson de Oliveira
Figueiredo
Secretário de Meio Ambiente,
Recursos Hídricos e
Sustentabilidade.